

POR UMA ERÓTICA DA HISTÓRIA (DA LITERATURA):

APRESENTANDO A VISÃO DE GUMBRECHT

Cleide Maria de Oliveira é doutoranda em Estudos de Literatura pela PUC-Rio. Em 2005 defendeu o título de Mestre em Estudos de Literatura (PUC-Rio) com dissertação intitulada "Do corpo à Palavra, da palavra ao corpo: algumas reflexões sobre o complexo erotismo-mística-poesia". Contato: cleideoliva@yahoo.com.br.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir algumas questões relativas à história da literatura contemporânea, que se vê em cheque a partir da crise de paradigma da 'nova história', no qual são questionados os princípios de teleologia, linearidade e objetividade da história narrativa, substituindo-a pela história-problema. Apresentaremos a perspectiva de Gumbrecht, que propõe que não se busque mais a legitimação da história em uma construção de sentido, e sim em uma 'erótica da história', em que sejam igualmente valorizadas a produção de sentido e a produção de presença.

ABSTRACT

The present work intends to discuss some issues related to the history of contemporary literature, in check since the crisis of the 'new history' paradigm, in which the principles of teleology, linearity and objectivity of the narrative history are questioned and replaced by the history-problem. We will present the perspective of Hans Ulrich Gumbrecht, who suggests that we no longer search the legitimation of history as a construction of sense, but as an 'erotics of history', in which both the production of sense and of presence are equally valued.

A contemporaneidade caracteriza-se principalmente pela desconfiança em relação aos meta-discursos explicativos e um descentramento do sujeito cartesiano que põe em xeque conceitos teóricos, tais como teleologia, verdade, consenso e autoridade, que por muito tempo orientaram a produção de conhecimento humano. Nesse contexto, a crise do modelo historiográfico tradicional provocou uma mudança da história-narrativa para a história-problema, que pretende se afastar da tentativa de reconstrução de uma experiência no eixo do tempo guiada por um fim último que justificaria esse projeto (que pode ser tanto a edificação moral, em baixa nos tempos atuais, a exaltação do poderio ou do espírito nacional, ou mesmo um sentido de progresso "à marcha do tempo e eventos históricos") (Furet, 1976, 83). Em troca, são abertamente aceitas concepções de produção de saber que, de boa vontade, lidam com os elementos parcialidade, perspectividade, subjetividade, relatividade e construtividade. (Rusch, 1996)

Entretanto, em se tratando dos estudos literários, "a reflexão teórica na historiografia literária, em grande parte, ainda não excedeu as discussões dos séculos XVIII e XIX", conforme destaca Gebhard Rusch (1996, 138). Permanecem intocáveis antigas questões acerca das relações entre História, sociedade e Literatura, em que, atualmente, um modelo de *reconstrução* da história parece ser a alternativa encontrada:

Se a crença em um plano divino de salvação, ao qual se relaciona a história, não é mais válida, e se outras visões do processo histórico que são tomadas como a verdade imutável, e visões de um — talvez distante — objetivo da história não são mais supostas, então não podemos fazer mais do que tentar desvendar e descrever as forças e acontecimentos determinantes no processo histórico pela combinação da reconstrução e construção. (K. Conrady, apud Rusch, 1996, 137)

Vigora ainda um posicionamento favorável a uma concepção de história que possua como objetivo “descobrir o que de fato aconteceu”, postura há muito abandonada pelos teóricos da ‘nova história’. Gumbrecht (1996) aponta que, até meados do século XIX, o “processo histórico global”, isto é, um modelo totalizante de história, compunha o horizonte teórico no qual se davam os estudos literários, espécie de especialização das ciências históricas, concentrados em mapear mudanças nos conteúdos ou formas dos fenômenos literários. O desaparecimento desse conceito totalizante de história provocou o problema de integrar a literatura nesse todo fragmentado, permitindo a concepção de um modelo de história da literatura autônoma. Entretanto, muito embora tenha desaparecido aquele horizonte da totalidade histórica a que os estudos literários estavam condicionados, essa nova história da literatura continua “a perseguir as metas cognitivas que somente poderiam adquirir significado contra o pano de fundo de um curso teleologicamente direcionado do processo histórico global” (Gumbrecht, 1996, 228). Nesse sentido, a história da literatura se tornou um fragmento de uma totalidade (o sentido teleológico dos eventos históricos) desaparecida, sendo prova disso a relação estreita, nos estudos literários, entre a localização histórica das obras e sua avaliação estético-literária; a argumentação de que a história da literatura seja um saber histórico privilegiado; e a persistência de uma definição de “literatura” a partir do pano de fundo “totalidade histórica”, fora dos âmbitos restritos de uma ciência da literatura.

Gumbrecht propõe o problema: Devem-se pensar os estudos da literatura não mais a partir de concepções teleológicas de história, e sim, através da categoria da “simultaneidade do não-simultâneo”, modelo teórico que tenta perceber as dissonâncias dos eventos sincrônicos e a não simultaneidade do simultâneo; compreendendo que a modernidade tardia caracteriza-se por uma experiência espaço-temporal complexa, a qual demanda novos modelos teóricos.

Mas, se os tempos/espacos da era moderna entraram — por assim dizer, às costas da filosofia — num processo de reestruturação (ou talvez até de dissolução), então não podemos mais esperar realizar de pronto os objetivos totalizantes de objetividade, verdade e consenso. (1996, 290)

A distensão do presente, englobando uma variedade de passados, aliada a um adiamento do futuro ameaçador “convergem na impressão de que no tempo social pós-moderno o presente está se tornando mais amplo (tão amplo que não é mais transformado em passado por nenhum futuro

que se transponha para o presente)" (Idem, 1996, p. 285). Isto, aliado a uma fragmentação do sujeito contemporâneo, atropelado por aquilo que Stuart Hall (2001) denominará de cinco fatores de descentramento das identidades nas teorias sociais e humanas¹, converge para uma crise da tradição hermenêutica de interpretação, que pressupunha a possibilidade de um sujeito decodificar "as profundidades" do objeto em busca de sua Verdade. Ao se pôr em questão o sujeito, imerso na situação, construindo seus objetos de conhecimento dentro da própria situação cognitiva ao mesmo tempo em que é construído e constrói seus saberes, torna-se tarefa hercúlea prosseguir nessa busca de sentido que tornará legítimo nosso 'desejo de falar com os mortos'.

Entretanto, pergunta Gumbrecht, e se "aquilo que nos orienta especificamente em direção ao passado é o desejo de atravessar o limite que separa nossas vidas do tempo anterior ao nosso nascimento"? (1999, p. 467) E se o que queremos é menos encontrar um sentido do que sentir, tocar, cheirar, provar o passado, que nem por isso não se tornará "necessariamente mais belo ou sublime"? (idem). Portanto, desistir das justificativas pragmáticas para todo o conhecimento histórico que tão ansiosamente buscamos demanda mudar o eixo das discussões, fundamentando uma teoria estética que englobe tanto a produção de presença quanto a produção de sentido², de modo a tornar legítimo nosso desejo de uma experiência direta e sensível dos mundos passados, experiência que remeta às características sensuais das superfícies, e não à sua profundidade espiritual (idem, p.470).

Como substituto para a noção de totalidade histórica, Gumbrecht propõe o conceito de mentalidade, no sentido em que esse seja um elemento 'organizador' das disciplinas científicas. Por mentalidade podemos entender, conforme Jacques Le Goff (1988), aquela "junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral" (p. 71), formando o núcleo dos nossos sentidos comuns, em uma história de longuíssima duração. Em outro ponto Le Goff afirmará:

O discurso dos homens, em qualquer tom que tenha sido pronunciado — o da convicção, o da emoção, o da ênfase — é freqüentemente apenas um amontoado de idéias feitas, de lugares comuns, de velharias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de cultura e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas. (1988, p.72).

Portanto, é importante ressaltar que as relações entre mentalidade e estruturas sociais são complexas, não havendo uma equação simples entre mentalidade e época social, sendo possível coexistir várias mentalidades em uma mesma época e num mesmo espírito: "Os homens servem-se das máquinas que inventam conservando as mentalidades anteriores a essas máquinas. Os automobilistas têm vocabulário de cavaleiros; os operários das fábricas dos séculos XIX a mentalidade dos camponeses, seus pais e avós" (Idem, p. 72). Ainda sobre a substituição do conceito de totalidade histórica pela mentalidade, enquanto alicerce sustentador para as diversas ciências históricas (inclusive a história da literatura), Phillippe Ariès (1989) adverte sobre a necessidade de um permanente exercício de recusa dos

modelos coerentes e maciços (totalizantes e meta-explicativos), substituindo-os

(...) por uma constelação de microelementos pouco consistentes, mantidos juntos algum tempo pela conjunção de causas numerosas e pouco independentes, mantidos juntos algum pela conjunção de causas numerosas e independentes (políticas, religiosas, econômicas), sem que uma delas prevaleça verdadeiramente, e que se resolvem umas nas outras, numa mudança perpétua. (Ariès, 1989, p. 173)

Tomando o conceito de mentalidade como uma espécie de matriz comum para os diferentes tipos de ação e comportamento a serem reconstruídos pelas diferentes ciências sociais históricas, Gumbrecht (1996) o define como uma abstração das noções de "saber social" e "atitude" dos quais os agentes sociais são conscientes do estoque de saber e pré-conscientes de suas atitudes. Ele ainda irá destacar as diferenças entre os conceitos mentalidades e totalidade histórica, afirmando que existe no primeiro uma renúncia "à obrigação de demonstrar a existência de estruturas 'profundas' e 'últimas' da 'verdadeira' realidade" (1996, p. 231). A mentalidade deve ser tomada como um conceito-horizonte para as diferentes disciplinas históricas, no qual a história da literatura teria de abdicar de suas pretensões (devidas, segundo Gumbrecht, a uma espécie de complexo de inferioridade dos estudos literários em relação aos historiadores "profissionais", privilegiados que se debruçam sobre a "totalidade histórica") de constituir um meio privilegiado de apreensão das estruturas profundas da mentalidade.

As mentalidades têm valor de uma matriz comum para todos aqueles diferentes tipos de ação e comportamento que se espera sejam reconstruídos pelas diferentes ciências sociais históricas, a partir de diferentes tipos de objetivação. (Gumbrecht, 1996, 230)

Posto que os fins últimos da pesquisa e interpretação histórica e científica seja objetivar (explicitar) as ações e comportamentos humanos, entendidos como a articulação dos signos dos elementos do estoque de saber passado e representações miméticas de interações passadas, os textos (e não apenas os literários) oferecem oportunidades específicas para o conhecimento das mentalidades históricas, pelo fato de constituírem-se, ao mesmo tempo, representação mimética, signo (no sentido material) e sintoma (indícios) de uma mentalidade. Propondo um novo conceito e uma nova identidade para a ciência da literatura, Gumbrecht busca seus fundamentos nas "oportunidades cognitivas específicas que os textos literários oferecem à interpretação no horizonte de uma história das mentalidades" (1996, p. 233). Os textos literários são por ele entendidos como objetivações de situações de comunicação especiais, nas quais existe uma consciência mais vagamente formulada das intenções dos atos comunicativos (tanto por parte dos autores quanto dos receptores). Constituem-se, portanto, um campo privilegiado para a representação de situações pré-conscientes de necessidades (horizontes de expectativas e intencionalidade) dos agentes sociais.

Nessa concepção de estudos literários, o texto literário deve ser tomado no processo interpretativo como um fragmento do todo ainda indeterminado da situação de comunicação. Nesse quebra-cabeça hermenêutico, as formas filológicas do texto e as estruturas teóricas internalizadas pelo intérprete serão as instâncias de correção ou confirmação da Gestalt procurada. Resta enfatizar que os resultados obtidos na interpretação estarão 'sob reserva', isto é, sob condições que atendam aos interesses de conhecimento que levaram à seleção de determinado texto como objeto de interpretação. Para se evitar que a História da Literatura recaia no estatuto de um 'fragmento de uma totalidade desaparecida', sua autonomia relativa deve se dar de forma integrada no horizonte dos discursos históricos, e esses no horizonte maior das mentalidades.

Um problema central do discurso das mentalidades é a linearidade implícita no meio texto, que obriga o historiador a um modelo seqüencial dos diversos estratos de mentalidades reconstruídas, aos quais o leitor deverá devolver sua ordem simultânea porque, no modelo hermenêutico proposto por Gumbrecht, a simultaneidade é a meta da atividade receptiva de construção de sentido. Linearidade e teleologia parecem ser categorias que caminham indissociáveis, relacionadas à preocupação por encontrar novas possibilidades discursivas que recuperem a dimensão 'erótica' dos nossos conhecimentos históricos acumulados. A respeito desse nosso humano desejo de falar com os mortos, é bastante curioso o exemplo dado por Gumbrecht de uma visita que o mesmo fez à exposição sobre a história social e cultural da industrialização da Alemanha, no Ruhrland Museum (Essen): "Lá os visitantes do museu podiam usar equipamentos esportivos (como halteres) dos primórdios do século XX e, sentado num bar dos anos 20, ouvir a gravação de uma das primeiras transmissões de uma partida de futebol transmitida na Europa." (1999, p. 531)

Elaborado a partir das mais recentes problematizações da historiografia, e tomando como pressupostos os conceitos-chaves de parcialidade, perspectividade, objetividade, relatividade e construtividade, o experimento historiográfico de Gumbrecht — *1926: vivendo no limite do tempo* — é a tentativa de recuperar as dimensões erótico-sensoriais de um ano escolhido aleatoriamente no passado ocidental recente. Nesse experimento, a principal categoria epistemológica é o tempo, que não é mais percebido, na pós-modernidade, como um mover-se do presente mediante ação de um sujeito que se orienta em direção ao futuro de acordo com as coordenadas recebidas do passado, de forma a construir a história. A crise do sujeito gerou um "espaço de simultaneidade que não admite qualquer relação de causa-efeito" (idem, p. 470), de onde a insistência do autor em afirmar o experimento como um ensaio sobre a simultaneidade que pretende fazer com que seus leitores "se sintam em 1926", vivenciando esse ano em sua máxima superficialidade e concretude.

Na base dessa realização historiográfica está a convicção de que nossa fascinação por História se explica pelo "desejo de 'falar aos mortos'; em outras palavras, o desejo de uma **experiência de primeira mão** dos mundos que existiram antes do nosso nascimento" (1999, p. 11, grifo nosso). Assim, uma experiência sensível e não, uma construção de sentido,

será a meta perseguida por Gumbrecht, reapresentando alguns dos mundos de 1926 com o maior imediatismo possível a partir de uma perspectiva sincrônica que implicará na constatação de que os elementos dessa sincronia encenada não convergem num quadro coerente e homogêneo.

Todavia, e talvez paradoxalmente, este livro sugere a existência de uma "rede" ou "campo" de realidades (não apenas discursivas) que moldaram fortemente o comportamento e as interações de 1926. Tão fortemente, de fato, é essa impressão que, pelo menos implicitamente, este livro nega qualquer pretensão de representação subjetiva ou coletiva. (Gumbrecht, 1999, 12)

Para alcançar esse efeito, Gumbrecht abdica do discurso narrativo e organiza o texto em verbetes dispostos em ordem alfabética, de forma não hierárquica, em três seções intituladas "Dispositivos", "Códigos" e "Códigos em Colapso". Esses verbetes se inter-relacionam na forma de uma rede de referências cruzadas, à moda de um hipertexto que, muito embora se assemelhe às enciclopédias iluministas, não possui, como essas, quaisquer motivações de pedagogia ética ou moral. É explícito o intuito do autor de descrever, e não narrar (dar sentido teleológico, linearidade e seqüencialidade aos eventos simultâneos): "o discurso é feito para revelar percepções de superfície dominantes, tais como elas eram proporcionadas por determinados fenômenos materiais, e visões de mundo dominantes, tais como eram produzidas por determinados conceitos, durante o ano de 1926" (Gumbrecht, 1999, 9).

O eixo que ordena esta reapresentação do ano de 1926 é a simultaneidade, legando ao leitor a tarefa de construir, a partir dos *links* que venha a fazer, e isto se dá de forma completamente arbitrária e não consensual, uma experiência sensível do mundo de 1926 elaborada por intermédio de uma rede de significantes³. Nesse sentido, é interessante lembrar a menção de Gumbrecht (1999) ao conceito de "mundo da vida" (em referência à *Lebenswelt* de Husserl). A partir de uma interpretação sociológica desse conceito, Gumbrecht cunha o termo "mundos cotidianos" para enfatizar o fato de que "cada cultura particular, cada mundo cotidiano pode portanto ser visto como uma concretização específica e uma seleção de possibilidades contidas no mundo da vida" (1999, 466), o que inclui as possibilidades realizáveis, realizadas e as idealizadas (sonhadas), tais como os atributos que freqüentemente a humanidade tem atribuído aos seus deuses: eternidade, onipresença, onisciência e onipotência. Essas são capacidades que, muito embora estejam fora das possibilidades de realização humanas, estão suficientemente presentes em nós para serem projetadas enquanto horizontes-limites a serem superados, e as realizações tecnológicas mais recentes podem ser entendidas como exemplo disto: armas nucleares que nunca são (nunca serão? é o que esperamos todos) disparadas porque senão seriam destruídos vencedores e perdedores (*desejo de potência*), computadores com memória bem além da nossa necessidade (*desejo de onisciência*), uma infinidade de medicamentos, dietas e produtos de beleza que prometem 'a eterna juventude' (*desejo de eternidade*), a sofisticação cada vez maior dos meios de comunicação, que prometem manter-nos 'on-line' com tudo e com todos 24 horas por dia

(*desejo de onipresença*). Talvez o que nos mova para o passado seja esse “desejo de eternidade que fundamenta nossos discursos históricos e utópicos” (Idem, 457).

Somos como Lúcifer, o anjo degradado, que não se contentou com uma posição no segundo escalão, desejando ser como Deus, e nos libertamos do tempo morto, o tempo que destrói e mata, para entrar na trans-história, no tempo fabuloso dos eventos primordiais, exemplares (Eliade, 2001, 164). A proposta de Gumbrecht é que assumamos, por assim dizer, esse aspecto lúdico do nosso desejo de ‘falar com os mortos’, sem justificativas outras que não a de uma reapresentação do passado com vistas a responder nosso apelo pela eternidade, isto porque quaisquer outras possibilidades de reconstrução de sentido histórico (teleológico, moral ou religioso) já estariam ‘com os burros n’água’, em face de uma crise epistemológica que arrancou o sujeito das ‘margens plácidas’ aonde o mesmo cartesianamente repousava para lançá-lo no caos dos demais objetos a serem por (e com) ele decodificados.

NOTAS

¹ O marxismo, a psicanálise, o pensamento do lingüista Saussure, as teorias de Foucault acerca do poder disciplinador, e, por fim, os novos movimentos sociais da década de 60 — feminismos, movimentos gays e étnicos, as lutas pelos direitos civis, etc.

² Gumbrecht desenvolve esse argumento mais longamente no texto *Produção de presença perpassada de ausência sobre música, libreto e encenação* (2001), no qual analisa a ópera como uma realização estética que engloba a produção de sentido (mímesis que reproduz sentidos a partir do referente mundo) e produção de presença, ou seja, reapresentação, 'produção de uma presença renovada de algo que antes estava temporariamente ausente' (p. 12), mas agora presença tangível. De modo geral, o conceito de produção de presença se assemelha à erótica da leitura apregoada por Susan Sontag, em que são enfatizadas as percepções sensoriais (sentir, ouvir, cheirar, ver) em detrimento de uma racionalidade do texto que busca de seu 'sentido último'. (apud Olinto, 2001)

³ Essas "redes" ou "campos" de realidades (não apenas discursivas) que moldaram os comportamentos de 1926 (Gumbrecht, 1999, 12) são uma metáfora interessante para as novas epistemologias demandadas pela constatação da não-simultaneidade do simultâneo. Uma rede é constituída por fios tecidos em uma mesma trama, mas que não mantêm uma relação de causa-efeito, integral, entre si. A trama da rede é múltipla e destoante, alguns fios podem se soltar, ou estar mais fortemente coesos, sem que isso afete igualmente os demais elementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillippe. "A história das mentalidades." In: **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FURET, F. "Da história narrativa à história problema." In: Oficina da História. Lisboa: Gradiva, s/d. **História eventual e história serial**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976.

GUMBRECHT, H. U. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. São Paulo: Record, 1997.

_____. "Produção de presença perpassada de ausência sobre música, libreto e encenação." In: **Revista Palavra**. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2000.

_____. "História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida?" In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Ed., 2000.

LE GOFF, Jacques. "As mentalidades: uma história ambígua." In: NORA, Pierre. **História: novos objetivos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLINTO, Heidrun Krieger. "Como falar de histórias (de literatura) hoje?" In: **Revista Palavra**. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2001.

_____. (org). **Histórias da Literatura**. São Paulo: Ática, 1996.

RUSCH, Gerbhard. "Teoria da história, historiografia e diacronologia." In: OLINTO, Heidrun Krieger (org). **Histórias da Literatura**. São Paulo: Ática, 1996.